

Frederico Amado

- Procurador Federal/INSS.
- Mestre em Planejamento Ambiental pela Universidade Católica do Salvador – UCSAL.
- Especialista em Direito do Estado pelo Instituto de Educação Superior Unyahna Salvador – IESUS.
 - Professor de Direito Ambiental e Previdenciário do Complexo de Ensino Renato Saraiva (curso pela internet – www.renatosaraiva.com.br).
 - Coordenador da pós-graduação *on-line* em Direito e Processo Previdenciário e dos cursos de prática previdenciária do Complexo de Ensino Renato Saraiva.

Página pessoal: www.fredericoamado.com.br
E-mail: fredamado@ig.com.br | Twitter: [@FredericoAmado](https://twitter.com/FredericoAmado)

CURSO DE DIREITO E PROCESSO PREVIDENCIÁRIO

Inclui:

- Análise global da seguridade social
- Regime Geral de Previdência Social
- Ações revisionais de benefícios
- Processo administrativo e judicial previdenciário
- Regimes Próprios de Previdência Social (regras gerais)
- Regime Próprio da União (Lei 8.112/90)
- Previdência dos militares da União
- Previdência complementar dos servidores federais
- Previdência complementar privada
- Principais crimes previdenciários

Conforme:

- **Instrução Normativa INSS 77, de 21/01/2015 (estabelece a interpretação do INSS sobre o Plano de Benefícios em 806 artigos, revogando a IN 45/2010)**
- **Portaria MPS/MF 13, de 09.01.2015, que reajustou os valores da Previdência Social para 2015**
- **Medida Provisória 664, de 30/12/2014 (reforma previdenciária: pensão por morte no RGPS e RPPS federal, auxílio-reclusão, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença)**
- **Medida Provisória 665, de 30/12/2014 (alterou as regras do seguro-desemprego)**
- **Lei 13.063, de 30/12/2014 (alterou o artigo 101 da Lei 8.213/91)**
- **Principal jurisprudência do STF, STJ, TST, TNU e TRF's até o final de 2014**
- Regimento Interno do INSS (Decreto 7.556/2011)
- Regimento Interno do CRPS (Portaria MPS 548/2011)
- Instrução Normativa 971/2009, da Receita Federal do Brasil (custeio)
- Súmulas da Advocacia-Geral da União
- Súmulas do Conselho de Recursos da Previdência Social
- Súmulas do Fórum Nacional dos Juizados Federais

2015

6ª edição: reformulada, e atualizada



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Conselho Editorial: Antônio Gidi, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação e capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

Copyright: Edições JusPODIVM

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	15
Nota do autor – 6ª edição (2015).....	17
Siglas.....	19

TÍTULO I DA SEGURIDADE SOCIAL

1

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução.....	25
2. Definição e natureza jurídica.....	27
3. Competência legislativa.....	28
4. Princípios.....	29
4.1. Universalidade da cobertura e do atendimento.....	30
4.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	31
4.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.....	32
4.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios.....	33
4.5. Equidade na forma de participação no custeio.....	34
4.6. Diversidade da base de financiamento.....	35
4.7. Gestão quadripartite.....	36
4.8. Solidariedade.....	37
4.9. Precedência da Fonte de Custeio.....	38
4.10. Orçamento Diferenciado.....	40
4.11. Tabela dos princípios da seguridade social.....	40
5. Assistência social.....	41
5.1. Introdução.....	41
5.2. Definição.....	42
5.3. Objetivos.....	43
5.4. Princípios.....	43
5.5. Diretrizes.....	44
5.6. Organização e gestão.....	45
5.7. Benefício do amparo assistencial do idoso ou deficiente carente.....	49
5.8. Seguro-Desemprego.....	67
5.9. Outros benefícios assistenciais.....	73
6. Saúde.....	74
6.1. Introdução.....	74
6.2. Definição e natureza jurídica.....	79
6.3. O Sistema Único de Saúde.....	79
6.4. Princípios.....	84
7. Previdência Social.....	84
7.1. Introdução.....	84
7.2. Evolução histórica mundial.....	85
7.3. Evolução histórica no Brasil.....	87
7.4. Definição e abrangência.....	112
7.5. Classificação dos sistemas previdenciários.....	112

Frederico Amado

7.6. Planos previdenciários brasileiros.....	113
7.6.1. Planos básicos.....	114
7.6.2. Planos complementares	118
8. O Direito Previdenciário	119
8.1. Autonomia	119
8.2. Definição	120
8.3. Relação com demais ramos jurídicos.....	120
8.4. Interpretação, fontes e hierarquia da legislação previdenciária.....	121
9. Pilares da Proteção Social no Brasil.....	130

2

CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURIDADE SOCIAL

1. Introdução	131
2. A natureza jurídica da relação de custeio.....	134
3. Contribuições em espécie	134
3.1. Contribuições do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei ...	138
3.1.1. Incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício	138
3.1.2. Incidentes sobre a receita ou o faturamento	138
3.1.3. Incidentes sobre o lucro.....	143
3.2. Do trabalhador e dos demais segurados da previdência social.....	144
3.3. Sobre a receita de concursos de prognósticos	144
3.4. Do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar	145
4. Arrecadação.....	145
5. Imunidade.....	148
6. Princípio da Anterioridade Nonagesimal	153
7. Constituição do crédito securitário	154
8. Progressividade.....	157
9. Anistia e remissão	157
10. Decadência e prescrição.....	158
11. Simples Nacional.....	160

TÍTULO II**DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RGPS**

1

DISPOSIÇÕES INICIAIS

1. Abrangência	165
2. Cobertura.....	167
3. Legislação de regência.....	167
4. Administração	168
5. Sistemática	168
6. Características	169
7. Entidades e órgãos previdenciários.....	169
7.1. Conselho Nacional da Previdência Social.....	171
7.2. Instituto Nacional do Seguro Social.....	173
7.3. Conselho de Recursos da Previdência Social	180

Sumário

2

PRINCÍPIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Introdução	183
2. Princípio da Contributividade	184
3. Princípio da Obrigatoriedade da Filiação	184
4. Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.....	184
5. Princípio da Universalidade de Participação nos Planos Previdenciários.....	186
6. Princípio da Uniformidade e Equivalência dos Benefícios e Serviços às Populações Urbanas e Rurais	187
7. Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.....	187
8. Princípio dos Salários de Contribuição Corrigidos Monetariamente	189
9. Princípio da Irredutibilidade do Valor dos Benefícios.....	189
10. Princípio da Garantia do Benefício não Inferior ao Salário Mínimo.....	191
11. Princípio da Previdência Complementar Facultativa	192
12. Princípio da Gestão Quadripartite da Previdência Social	192
13. Princípio do <i>Tempus Regit Actum</i>	193
14. Princípio da Responsabilidade	194
15. Princípio da Vedação ao Retrocesso Social	195
16. Princípio do <i>In Dubio Pro Misero</i>	195
17. Princípio da Automaticidade das Prestações	197
18. Princípio da Indisponibilidade dos Benefícios Previdenciários	197
19. Princípio da Territorialidade da Filiação.....	197

3

SEGURADOS, FILIAÇÃO E INSCRIÇÃO

1. Introdução	199
2. Segurados obrigatórios.....	200
2.1. Segurado empregado	202
2.2. Segurado empregado doméstico	215
2.3. Segurado trabalhador avulso.....	216
2.4. Segurado especial.....	220
2.5. Segurado contribuinte individual	236
3. Segurados facultativos.....	244
4. Filiação.....	247
5. Inscrição.....	253

4

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO

1. Noções iniciais e definição.....	263
2. Limites	264
3. Delimitação.....	269
4. Composição	274

5

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Introdução	293
2. Natureza jurídica	294
3. Aspecto material e temporal do fato gerador.....	296
4. Contribuições previdenciárias dos trabalhadores e demais segurados do RGPS	297

Frederico Amado

4.1. Empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico.....	298
4.2. Contribuinte individual e segurado facultativo.....	301
4.3. Segurado especial.....	306
5. Contribuições previdenciárias da empresa e do equiparado a empresa.....	310
5.1. Incidentes sobre as remunerações dos empregados e avulsos.....	313
5.2. Incidentes sobre as remunerações dos contribuintes individuais.....	321
5.3. Incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura da prestação de serviços das cooperativas de trabalho.....	322
6. Contribuição previdenciária do empregador doméstico.....	324
7. Contribuições previdenciárias substitutivas da parte patronal.....	326
7.1. Associações desportivas que mantém equipe de futebol profissional.....	326
7.2. Produtor rural pessoa física (PRPF).....	327
7.3. Produtor rural pessoa jurídica (PRPJ).....	331
8. Substituição da contribuição previdenciária sobre as remunerações pela contribuição sobre a receita ou faturamento das empresas.....	333
9. Arrecadação.....	336
10. Parcelamento.....	347
11. Encargos decorrentes do atraso no pagamento.....	348
12. A retenção feita pelo contratante de serviços de cessão de mão de obra.....	349
13. Hipóteses de responsabilização solidária.....	353
13.1. Construção civil.....	355
13.2. Empresas do mesmo grupo económico.....	356
13.3. Gestores dos entes da Administração Pública Indireta.....	356
13.4. Administração Pública.....	357
13.5. Operador portuário e órgão gestor de mão de obra.....	358
13.6. Produtores rurais integrantes de consórcios simplificados.....	358
14. Restituição e compensação das contribuições previdenciárias.....	359
15. Certidão negativa de débito.....	363
16. Obrigações acessórias da empresa.....	366
17. Das infrações administrativas.....	370

6

ACIDENTE DE TRABALHO, MOLÉSTIAS OCUPACIONAIS E EVENTOS EQUIPARADOS

1. Introdução.....	373
2. Definição de acidente de trabalho.....	375
3. Doenças equiparadas (ocupacionais).....	375
4. Acidente de trabalho por equiparação.....	378
5. Reconhecimento.....	380
6. Segurados cobertos.....	390
7. Prescrição dos benefícios acidentários.....	391
8. Principais consequências jurídicas do reconhecimento do acidente de trabalho.....	392
9. Responsabilidade civil da empresa perante a Justiça do Trabalho.....	392
10. Ação regressiva proposta pelo INSS contra a empresa negligente.....	394

7

REGRAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

1. Espécies de prestações previdenciárias.....	405
2. Classificação das prestações previdenciárias.....	405
3. Dependentes dos segurados.....	408

Sumário

3.1. Classe I (o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente)	409
3.2. Classe II (os pais).....	424
3.3. Classe III (irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente)	425
4. Tempo de serviço e de contribuição e sua contagem recíproca	426
5. Indenização para a contagem de tempo de serviço ou de contribuição	440
6. Manutenção da qualidade de segurado no período de graça	448
7. Carência	456
8. Fator previdenciário.....	479
9. Salário de benefício e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS)	490
10. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regras vigentes.....	508
11. Renda mensal inicial dos benefícios previdenciários – regra- mento antigo e evolução histórica.....	514
11.1. Decreto 35.448/54 (Regulamento Geral dos Institutos de Aposentadorias e Pensões).....	514
11.2. Lei 3.807/1960 (Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS).....	516
11.3. Lei 5.316/1967 (integrou o seguro de acidentes de trabalho na previdência social)	518
11.4. Lei Complementar 11/1971	518
11.5. Lei 5.890/1973	519
11.6. Lei 6.179/1974	519
11.7. Lei 6.210/1975	520
11.8. Lei 6.367/1976	520
11.9. Constituição Federal de 1988 (texto original).....	521
11.10. Lei 8.213/91 (redação original) e alterações posteriores	521
11.11. Emenda 20/1998	523

8

BENEFÍCIOS E SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS EM ESPÉCIE

1. Aposentadoria por invalidez.....	531
2. Aposentadoria por idade	548
3. Aposentadoria por tempo de contribuição	568
4. Aposentadorias especiais	586
4.1. Aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos à saúde	587
4.2. Aposentadoria especial dos deficientes	648
5. Auxílio-doença	660
6. Salário-família	681
7. Salário-maternidade.....	687
8. Auxílio-acidente	700
9. Pensão por morte.....	715
10. Auxílio-reclusão	743
11. Abono anual	758
12. Serviço social.....	759
13. Habilitação e reabilitação profissional	760
14. Benefícios especiais.....	763
14.1. Aposentadoria do ex-combatente da 2ª Guerra Mundial.....	764
14.2. Aposentadoria ou pensão excepcional do anistiado político	766
14.3. Pensão especial vitalícia para as vítimas da Talidomida.....	767
14.4. Pensão mensal vitalícia dos seringueiros.....	769
14.5. Pensão mensal das vítimas da hemodiálise de Caruaru.....	770

Frederico Amado

14.6. Pensão mensal das vítimas da Hanseníase	770
14.7. Auxílio especial mensal dos campeões mundiais de futebol de 1958, 1962 e 1970.....	771
15. Benefícios extintos.....	771
15.1. Auxílio-natalidade	771
15.2. Auxílio-funeral	771
15.3. Pecúlio	772
15.4. Abono de Permanência em Serviço	772
15.5. Renda Mensal Vitalícia (Lei 6.179/74)	772
15.6. Auxílio-suplementar	773
15.7. Aposentadoria especial do jornalista profissional, do jogador de futebol profissional, do telefonista, do juiz classista e do aeronauta	774

9

TEMAS FINAIS SOBRE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Hipóteses de suspensão e cancelamento dos benefícios	775
2. Autotutela da Administração Pública Previdenciária	776
3. Prescrição quinquenal da pretensão e decadência decenal para a revisão de benefício ou impugnação do ato de indeferimento	779
3.1. Prescrição quinquenal.....	780
3.2. Decadência decenal para a revisão de benefícios previdenciários	788
3.3. Decadência decenal para a impugnação de ato administrativo que indeferiu benefício previdenciário	799
4. Reajustamento da renda mensal inicial	800
5. Acumulação.....	803
6. Descontos legalmente autorizados	808
7. Débito de contribuições previdenciárias e a concessão de benefícios	817
8. Direito Adquirido.....	819
9. Renúncia da aposentadoria (desaposentação)	820
10. Dispensão	830
11. Complementação das aposentadorias dos ferroviários paga pela União	832
12. Complementação de aposentadorias pagas por entidades fechadas de previdência privada	834
13. Dano moral previdenciário.....	835

10

PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO

1. Definição e fases.....	845
2. Fase inicial.....	846
3. Fase instrutória.....	854
4. Fase decisória.....	867
5. Fase recursal (Conselho de Recursos da Previdência Social).....	869
6. Fase de cumprimento das decisões administrativas.....	886
7. Disposições diversas.....	888
8. Processo de justificação administrativa.....	889
9. Processo administrativo fiscal de arrecadação das contribuições para a seguridade social.....	892

11

PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO

1. Competência jurisdicional	895
1.1. Regra geral: competência da Justiça Federal	895
1.2. Ações acidentárias: competência originária da Justiça Estadual	896
1.3. Competência estadual por delegação	901

Sumário

2. Questões processuais do rito dos Juizados Especiais Federais.....	903
3. (Des)necessidade de prévio requerimento administrativo para a concessão de benefícios previdenciários	917
4. Data de início do benefício por incapacidade na data de juntada do laudo pericial ou na citação....	934
5. Impenhorabilidade, inalienabilidade e indisponibilidade dos benefícios previdenciários.....	935
6. Autorização legal para a desistência de recursos e propositura de ações.....	936
7. Honorários advocatícios nas ações previdenciárias	937
8. Ação civil pública previdenciária.....	938
9. Intervenção do Ministério Público.....	943
10. Custas processuais	944
11. Coisa julgada nas lides previdenciárias	945
12. Juros de mora nos processos previdenciários	948
13. Perícia judicial nas causas previdenciárias.....	951
14. Pedido nas ações previdenciárias	959
15. Ação rescisória previdenciária	961
16. Fase de execução nas ações previdenciárias.....	966

12

REAJUSTAMENTO E REVISÃO DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. Revisional com base na atualização monetária dos salários de contribuição pela ORTN/OTN (Lei 6.423/77).....	975
2. Revisional fundamentada na atualização do menor valor teto pelo INPC (Lei 6.708/79).....	978
3. Revisão de benefício pelo índice integral no primeiro reajustamento (Súmula 260, do Tribunal Federal de Recursos)	979
4. Revisão administrativa de benefícios pela equivalência de salários mínimos do mês da concessão (artigo 58, do ADCT, da Constituição de 1988)	982
5. Revisão dos benefícios rurais para um salário mínimo (artigo 201, §5º, da Constituição Federal)...	983
6. Revisão administrativa de benefício para a incidência de correção monetária dos 36 últimos salários de contribuição (artigo 144, da Lei 8.213/91 – “buraco negro”).....	984
7. Reajuste da renda do benefício pela variação do salário mínimo de 147,06% do último quadrimestre de 1991	986
8. Revisão de benefício pelo número de salários mínimos da data da concessão	987
9. Revisão de benefício na conversão da URV (Lei 8.700/93)	988
10. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício (Lei 8.870/94 – revisão do “buraco verde”).....	990
11. Revisão administrativa de benefício limitado ao teto do salário de benefício – regra permanente de incidência do índice teto no primeiro reajuste (Lei 8.880/94)	992
12. Revisão de benefício com a inserção do IRSM de fevereiro de 1994 na atualização dos salários de contribuição (Lei 8.880/94).....	992
13. Reajuste de benefícios pelo IPG-DI de 1997 a 2001	995
14. Revisão da pensão por morte para 100% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	996
15. Revisão do auxílio-acidente para 50% do salário de benefício (Lei 9.032/95)	1000
16. Revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença (artigo 29, §5º, da Lei 8.213/91).....	1002
17. Revisão de benefício através da consideração apenas dos salários de contribuição que antecederam à formação do direito adquirido com desconsideração dos posteriores (direito ao melhor benefício)	1006
18. Revisão de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte ou auxílio-reclusão com base no artigo 29, II, da Lei 8.213/91, com redação dada pela Lei 9.876/99 (80% dos maiores salários de contribuição)	1012

Frederico Amado

19. Pagamento da correção monetária dos benefícios pagos com atraso por responsabilidade do beneficiário	1021
20. Revisão com base em decisão da Justiça do Trabalho.....	1022
21. Readequação do salário de benefício pelos novos tetos fixados pelas Emendas 20/98 (R\$ 1.200,00) e 41/03 (R\$ 2.400,00) para os benefícios concedidos anteriormente	1026
22. Exclusão do fator previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição proporcional concedida com base nas regras de transição da EC 20/98.....	1038
23. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição masculina para considerar no fator previdenciário apenas a expectativa de vida dos homens.....	1043
24. Revisão de aposentadoria por tempo de contribuição feminina para crescer no cálculo fator previdenciário cinco anos na idade	1048
25. Revisão da aposentadoria “especial” do professor para excluir o fator previdenciário	1048
26. Revisão de aposentadoria para excluir o fator previdenciário do tempo especial convertido ao tempo comum.....	1053

13

**POLÍTICAS PÚBLICAS PREVIDENCIÁRIAS:
PANORAMA, CONJUNTURA, ESTRUTURA, REFLEXÕES E DESAFIOS**

1. Mutações no perfil demográfico brasileiro.....	1055
2. Custeio dos benefícios rurais e <i>deficit</i> no Regime Geral de Previdência Social	1058
3. Inclusão previdenciária dos trabalhadores informais.....	1059
4. Elevação dos custos com o pagamento do auxílio-doença comum a partir do ano 2000.....	1061
5. Extinção do fator previdenciário e inserção de idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição.....	1064
6. Questões sobre a pensão por morte.....	1064
7. Melhorias no atendimento dos segurados e dependentes pela Previdência Social.....	1067
8. Desequilíbrio financeiro e atuarial no RPPS da União	1068

TÍTULO III

DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

1

NORMAS GERAIS

1. Disposições iniciais.....	1073
2. Segurados	1080
3. Contribuições previdenciárias.....	1080
4. Cálculo dos benefícios	1088
5. Benefícios com previsão constitucional.....	1091
5.1. Aposentadoria especial.....	1101
5.2. Aposentadoria por invalidez	1108
5.3. Aposentadoria compulsória	1111
5.4. Aposentadoria por idade, com proventos proporcionais.....	1114
5.5. Aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais	1114
5.6. Pensão por morte	1115
6. Outros benefícios que poderão ser criados pelos Regimes Próprios de Previdência Social	1116
6.1. Auxílio-doença	1116
6.2. Salário-família	1116
6.3. Salário-maternidade.....	1116
6.4. Auxílio-reclusão.....	1117

Sumário

7. Abono de permanência	1118
8. Regras de transição	1118
8.1. Direito adquirido	1118
8.2. Aposentadoria. Artigo 2º, da Emenda 41/2003	1118
8.3. Aposentadoria. Artigo 3º, da Emenda 47/2005	1119
8.4. Paridade remuneratória entre ativos e inativos. Artigo 6º, da Emenda 41/2003	1122
8.5. Acumulação de remuneração com proventos de cargos inacumuláveis	1123

2

DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DA UNIÃO

1. Introdução	1125
2. Segurados	1126
3. Custeio	1126
4. Benefícios e serviços do Plano de Seguridade Social dos servidores públicos federais efetivos	1128
4.1. Aposentadorias	1128
4.2. Auxílio-natalidade	1132
4.3. Salário-família	1132
4.4. Licença para tratamento de saúde	1133
4.5. Licença à gestante	1133
4.6. Licença à adotante	1134
4.7. Licença-paternidade	1134
4.8. Licença por acidente de serviço	1134
4.9. Assistência à saúde do segurado e de seus dependentes	1135
4.10. Pensão por morte vitalícia e temporária	1135
4.11. Auxílio-funeral	1144
4.12. Auxílio-reclusão	1144

3

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS MILITARES DA UNIÃO

1. Introdução	1145
2. Inatividade remunerada	1145
3. Pensão por morte	1147

TÍTULO IV**DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

1

REGIME COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS

1. Disposições constitucionais e regimes criados	1157
--	------

2

REGIME COMPLEMENTAR PRIVADO

1. Introdução	1161
2. Características Gerais	1161
3. Disposições Comuns aos Planos de Benefícios dos Entes Abertos e Fechados	1166
4. As Entidades Fechadas e os seus Planos de Benefícios	1169
5. As Entidades Abertas e os seus Planos de Benefícios	1192

Frederico Amado

6. Intervenção e Liquidação Extrajudicial dos Entes Previdenciários Privados	1193
7. A Relação da Administração Pública com as suas Entidades Fechadas de Previdência Complementar	1196
8. O processo administrativo para apuração de responsabilidade.....	1198

3

REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS FEDERAIS

1. Introdução	1209
2. Entidades fechadas – FUNPRESP's	1212
3. Plano de benefícios	1215
4. Benefício especial	1217
5. Plano de custeio e contribuições previdenciárias	1219
6. Recursos garantidores	1223
7. Controle e fiscalização	1224
8. Vigência do regime previdenciário	1225

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL

1

PRINCIPAIS DELITOS PREVIDENCIÁRIOS

1. Apropriação indébita previdenciária.....	1229
2. Sonegação de contribuição previdenciária.....	1238
3. Falsificação ou alteração de documento público contra a Previdência Social.....	1243
4. Estelionato previdenciário	1246

APÊNDICES

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E JURISPRUDÊNCIA

Apêndice 1 – Regulamento do Plano de Benefícios dos Servidores Públicos Federais do Poder Executivo – Funpresp-Exe.....	1253
Apêndice 2 – Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal – Plano LegisPrev.....	1277
Apêndice 3 – Regulamento do Plano de Benefícios do Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público – Funpresp-Jud.....	1301
Apêndice 4 – Enunciados do Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais – FONAJEF.....	1323
Apêndice 5 – Questões de ordem da TNU	1335
Apêndice 6 – Súmulas previdenciárias do STF, STJ, TNU, AGU e CRPS	1341
Referências	1353